§ 1.º Ficam desde já nomeados gerentes os sócios Alfredo Gonçalves e Joaquim Augusto de Almeida Martins.

§ 2.º A sociedade obriga-se com a assinatura de dois gerentes.

§ 3.º A gerência não poderá obrigar a sociedade em letras de favor, fianças, abonações nem em quaisquer actos semelhantes estranhos aos negócios sociais.

ARTIGO 7.º

As assembleias gerais, quando a lei não determine prazos ou formalidades especiais serão convocadas com antecedência mínima de 15 dias, por meio de cartas registadas dirigidas aos sócios.

§ único. Os sócios poder-se-ão fazer representar nas assembleias gerais por qualquer procurador, mas a representação só é válida para a assembleia geral expressamente referida no instrumento de representação.

ARTIGO 8.º

Os sócios não são obrigados a prestações suplementares, mas podem fazer à sociedade suprimentos nas condições a definir em assembleia geral.

ARTIGO 9.º

Qualquer sócio poderá exonerar-se da sociedade nos seguintes casos:

- Se for destituído das funções de gerente;
- Se a sociedade não deliberar nem promover a destituição de outro gerente, havendo justa causa de destituição;
- Se for deliberado centra o voto desse sócio qualquer alteração do contrato.

§ único. Qualquer sócio poderá ainda exonerar-se no caso de lhe serem exigidas contra o seu voto suprimentos ou prestações suplementares de capital.

ARTIGO 10.º

A amortização de quotas é permitida nos seguintes casos:

- Por acordo com o respectivo titular;
- Quando a quota seja objecto de penhora, arresto ou arrolamento, ou quando por qualquer forma seja objecto de arrematação ou adjudicação judicial;
- No caso de morte, interdição, falência ou insolvência do respectivo titular;
- Quando qualquer dos sócios prejudique a sociedade no seu bom nome, crédito ou interesse;
- No caso de violação do anterior artigo 4.º

§ 1.º Nos casos previstos nas alíneas b), c), d), e) a amortização da quota será feita pelo valor apurado para a mesma no balanço correspondente ao último exercício aprovado e poderá ser paga de uma só vez ou em duas prestações semestrais e iguais, segundo for deliberado em assembleia geral.

§ 2.º Considera-se realizada a amortização com o depósito do respectivo valor efectuado em qualquer instituição bancária e à ordem de quem de direito.

Está conforme o original.

11 de Julho de 2000. — A Ajudante Principal, *Maria da Conceição Ferreira Marques*. 3000218394

LISBOA — 1.ª SECÇÃO

BAR RADICAL — INDÚSTRIAS HOTELEIRAS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 1.ª Secção. Matrícula n.º 7969/981222; inscrição n.º 01; número e data da apresentação: 54/981222.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelo seguinte contrato:

1.º

a) A sociedade adopta a firma Bar Radical — Indústrias Hoteleiras, L.ª, e tem a sua sede no Largo de Fernandes Costa, 5, cave, frente, freguesia de Alvalade, cidade e concelho de Lisboa.

b) Por simples deliberação da gerência pode a sede ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para outro concelho limítrofe e poderão ser criadas ou extintas sucursais, agências, filiais, delegações ou outras formas de representação social, em território nacional ou no estrangeiro.

2.º

A sociedade tem por objecto a exploração de bares, discotecas, restaurantes, unidades hoteleiras, venda de bebidas e comidas.

3.º

O capital social é de quatrocentos mil escudos, encontra-se integralmente realizado em dinheiro e dividido em duas quotas iguais de duzentos mil escudos, pertencendo uma a cada sócio.

4.º

A cessão total ou parcial de quotas é livre entre sócios, carecendo no caso de cedência a estranhos do consentimento da sociedade, ficando ainda reservado a esta, em primeiro lugar, e aos restantes sócios, em segundo lugar, o direito de preferência.

5.º

A administração e representação da sociedade ficam a cargo do sócio Maria Ercília Pires Moreira Rosa, desde já nomeado gerente, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, sendo necessária e suficiente a sua assinatura para que a sociedade se considere validamente obrigada em todos os actos e contratos.

6.º

São da responsabilidade da sociedade todas as despesas com a sua constituição e registo, ficando o gerente desde já autorizado a proceder ao levantamento do capital depositado no Banco Nacional Ultramarino a fim de fazer face às ditas despesas e às de aquisição de bens e equipamentos necessários ao início de actividade.

Foi depositado na pasta respectiva o texto completo do pacto social na sua redacção actualizada.

Está conforme o original.

A Escriturária Superior, *Maria Irene Dias Emídio Palma*.

3000218258

AIR GLOBAL — TRANSPORTES AÉREOS, S. A.

Sede: Rua de Augusto dos Santos, 2, 2.º, Lisboa

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 1.ª Secção. Matrícula n.º 7986/981228; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 45/981228.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe que se rege pelo seguinte contrato:

CAPÍTULO I

Denominação, sede e objecto

ARTIGO 1.º

Denominação

A sociedade adopta a denominação de Air Global — Transportes Aéreos, S. A.

ARTIGO 2.º

Sede

1 — A sociedade tem a sua sede em Lisboa, na Rua de Augusto dos Santos, 2, 2.º, freguesia de São Sebastião da Pedreira, em Lisboa.

2 — Por simples deliberação da administração pode a sede ser transferida para qualquer outro local dentro do concelho de Lisboa ou concelho limítrofe, ou para qualquer outro local onde a Sociedade detenha bens imóveis.

3 — Para além dos casos previstos no número anterior, a transferência da sede para qualquer outro local estará apenas dependente de deliberação maioritária da assembleia geral.

4 — Também por simples deliberação da administração podem ser adquiridos, locados, vendidos ou dados em garantia os imóveis necessários ao exercício da actividade da Sociedade.

ARTIGO 3.º

Objecto

A sociedade tem por objecto a comercialização de voos *charter*, não regulares e representação de companhias aéreas.